TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIOS LRF - 3º QUADRIMESTRE 2010
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199218

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

		R\$ 1,00	
		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO S (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	85.029.921		
Pessoal Ativo	58.535.172		
Pessoal Inativo e Pensionistas	26.494.749		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.911.115		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	381.398		
Decorrentes de Decisão Judicial	-		
Despesas de Exercícios Anteriores	1.948.720		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.580.997		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	71.118.806		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	71.118.806		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		9.117.950.000	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,7800	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,96%		87.532.320	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,91%		82.973.345	
FONTE: SIAFEM			

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota 2: A Despesa com Pessoal obedece Resolução nº 16.769/03 - TCE.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

		R\$ 1,00	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
ALIENAÇÃO DE BENS	71.100	-	71.100
FOLHA INATIVO/PENSIONISTA OUTROS PODERES	161.850	-	161.850
RECURSOS PROPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	82.061	-	82.061
RECURSOS PROPRIOS FUNTCE	508.610	-	508.610
RECUR.PROV.DE TRANSF.CONVENIOS E OUTROS.	262.945	-	262.945
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.086.566	-	1.086.566
RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	1.405.821	120.173	1.285.648
RECURSOS ORDINARIOS	3.356.539	726.786	2.629.753
RECURSOS ORDINARIOS-CONTRAPART ESTADUAL - CONVÊNIOS	491.166	-	491.166
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.253.528	846.959	4.406.567
TOTAL (III) = (I + II)	6.340.094	846.959	5.493.133
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹			

FONTE: SIAFEM

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.